

# COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

## PROJETO DE LEI Nº 3.926, DE 2023

Acrescenta o inciso XXI ao art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para incluir entre as atribuições do Conselho Tutelar, promover e incentivar ações de divulgação e treinamentos para o reconhecimento de transtornos da fala em crianças e adolescentes, bem como o seu encaminhamento para tratamento especializado.

**Autor:** Deputado MARX BELTRÃO

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

### I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei com o propósito de acrescentar o inciso XXI ao art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para incluir entre as atribuições do Conselho Tutelar, promover e incentivar ações de divulgação e treinamentos para o reconhecimento de transtornos da fala em crianças e adolescentes, bem como o seu encaminhamento para tratamento especializado.

O autor da proposta afirma que

Assim, como os conselheiros tutelares são peças fundamentais na estratégia de proteção integral à criança e ao adolescente idealizada pela Constituição Federal, propomos atribuir ao Conselho Tutelar a tarefa de promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamentos para o reconhecimento de transtornos da fala em crianças e adolescentes, e o seu encaminhamento para tratamento especializado.



Não há apensos ao projeto original.

A proposição segue a tramitação ordinária, está sujeita à apreciação conclusiva e foi distribuída às Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão, com base no disposto na alínea “i” do inciso XXIX do art. 32 do Regimento Interno, pronunciar-se sobre matérias relativas à família, ao nascituro, à criança e ao adolescente;

De plano, vale ressaltar que a matéria objeto do projeto em epígrafe relaciona-se com o tema da criança e do adolescente, portanto, cabe a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito da reforma legislativa.

Passemos, portanto, a análise do mérito da proposição.

A Carta Magna estabelece, em seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O art. 227 da Lei Maior, por sua vez, refere-se aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes e o faz nos seguintes termos:

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



Nesse sentido, o Conselho Tutelar é peça fundamental para que o Estado consiga concretizar os preceitos constitucionais relativos à saúde das crianças e adolescentes. Tal ente desempenha papel fundamental no fortalecimento da relação de parceria com o Estado e, por conseguinte, deve contribuir para a consecução da política de saúde voltada para as crianças e adolescentes, conforme assegura a Carta Magna.

Com efeito, o Conselho Tutelar deve ter a atribuição de, entre outras atividades, promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamentos para o reconhecimento de transtornos da fala em crianças e adolescentes, e o seu encaminhamento para tratamento especializado.

Estima-se que cerca de 5% das crianças em idade escolar apresenta algum dos seguintes problemas na fala: qualidade hipernasal da voz, disfemia (gagueira) ou distúrbio de articulação. A criança com algum desses problemas não se faz compreender por ser incapaz de dizer certos sons corretamente.

Muitas vezes, esses distúrbios não são levados a sério pelos pais e a criança passa a ter problemas para se comunicar de modo adequado, consequentemente apresenta algum transtorno de aprendizagem durante o período escolar.

Ressalte-se que os distúrbios da fala são doenças prevalentes na infância que podem ser prevenidas e tratadas eficazmente quando diagnosticadas de modo precoce.

Note-se que a atuação do Conselho Tutelar no combate aos transtornos de fala, com ações de divulgação e treinamentos para o seu reconhecimento, é medida que contribuirá para o diagnóstico e intervenção precoces do problema. Assim, as crianças com distúrbios de fala poderão ser devidamente tratadas para que tenham um adequado desenvolvimento comunicativo.

Assim, o Conselheiro Tutelar deve participar no processo que auxilia os pais e demais profissionais a reconhecer os primeiros sinais e fatores



de risco que influenciam no correto desenvolvimento da linguagem das crianças.

Note-se, pois, que o projeto apresenta duas pequenas imperfeições. O número da lei que representa o Estatuto da Criança e do Adolescente está grafado de maneira indevida como 8.060, ao invés de 8.069 na ementa do PL e no art. 1º. Por isso, é necessária a apresentação de duas para corrigir o problema.

Destarte, em face do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 3.926, de 2023 com as duas emendas que ora apresentamos.

Sala da Comissão, em 16 de novembro de 2023.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2023-19412



**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

**PROJETO DE LEI Nº 3.926, DE 2023**

Acrescenta o inciso XXI ao art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para incluir entre as atribuições do Conselho Tutelar, promover e incentivar ações de divulgação e treinamentos para o reconhecimento de transtornos da fala em crianças e adolescentes, bem como o seu encaminhamento para tratamento especializado.

**EMENDA Nº 1**

Substitua-se na ementa do PL o numeral 8.060 por 8.069.

Sala da Comissão, em 16 de novembro de 2023.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2023-20155



# COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

## PROJETO DE LEI Nº 3.926, DE 2023

Acrescenta o inciso XXI ao art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para incluir entre as atribuições do Conselho Tutelar, promover e incentivar ações de divulgação e treinamentos para o reconhecimento de transtornos da fala em crianças e adolescentes, bem como o seu encaminhamento para tratamento especializado.

## EMENDA Nº 2

Substitua-se no art. 1º do PL o numeral 8.060 por 8.069.

Sala da Comissão, em 16 de novembro de 2023.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2023-20155

